

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013694-77.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória**  
 Requerente: **Banco Paulista S.a.**  
 Requerido: **Valter Masci**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**Vistos**

**BANCO PAULISTA S/A** ingressou com a presente **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER PELO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face de **VALTER MASCI**, todos devidamente qualificados, sustentando, em síntese, que além de atividades do mercado financeiro em geral, realiza a venda de veículos em leilões (esses bens são retomados quando ocorre inadimplência de contrato em que eles figuram como garantia); que em junho de 2010, através de leilão, o requerido arrematou o veículo indicado a fls. 02 mas não providenciou a transferência da propriedade nos órgãos de trânsito. Em vista disso começou(ele autora) a receber notificações de infrações de trânsito e suas respectivas penalidades todas referentes ao uso do referido veículo pelo requerido após o já referido leilão; que chegou a notificar extrajudicialmente o requerido mas ele manteve-se inerte. Busca, assim, que o (a)(s) requerido(a)(s) seja(m) obrigado(a)(s) a regularizar a documentação do bem e assumir as penalidades de trânsito e multas correlatas bem como os impostos e consectários decorrentes de referido veículo, desde a data da arrematação (09/12/2009).

A inicial foi emendada a fls. 57/59, com a descrição correta do veículo, o que foi recebido pela decisão de fls. 60. Na

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

mesma decisão, foi consignado que a tutela provisória pleiteada seria analisada após o decurso do prazo ou apresentação de defesa.

Devidamente citado (conforme fls. 65 – citação por carta “AR”), o postulado deixou de oferecer defesa nos autos, conforme certidão de fls. 66.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 355, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344 do CPC).

Com o silêncio o requerido confessou as omissões que lhe são atribuídas na inicial, decorrentes do fato de ter arrematado o veículo descrito no documento de fls. 42 que não transferiu para seu nome.

Como arrematante, o requerido **têm obrigação** de efetuar a transferência do veículo para “seu nome” como pedido na portal e previsto, em destaque, em todos documentos de transferência de veículos, emitidos no Território Nacional.

Ocorre que até o momento o aludido inanimado



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

“circula” em nome da autora (v. Fls. 42), situação evidentemente irregular e que vem trazendo a ela claros inconvenientes.

No mais, tendo ocorrido a tradição é do adquirente a obrigação de pagar os tributos lançados sobre o bem.

\*\*\*\*\*

Assim, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para o fim de **determinar que o requerido, VALTER MASCI providenciar a transferência do veículo FIAT TEMPRA IE 1994/1995 – PLACAS BRK-3541 – CHASSIS 9BD159000R9100171 – RENAVAL 629572704**, para seu nome, em 20 dias após o trânsito em julgado, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 limitada a R\$ 5.000,00.

Reconheço, outrossim, que a transação entre a autora e o requerido ocorreu de fato em junho de 2010; assim, são de responsabilidade do requerido os valores (e pontuação) lançados sobre o bem à título de IPVA e multas após a referida data.

Caso o prazo definido passe “*in albis*” sem a referida transferência esta sentença servirá como título para que o órgão de trânsito realize as devidas alterações em seu “sistema”, constando como proprietário do inanimado, o requerido VALTER MASCI.

Diante da sucumbência total do requerido, arcará ele com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 957,00.

**Publique-se e intemem-se e oficie-se a FAZENDA ESTADUAL para que tome ciência do teor desta decisão e adote**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**junto ao prontuário do veículo as providências pertinentes no que diz respeito à titularidade.**

São Carlos, 11 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**